

Paulo Lyra volta a defender a prorrogação do pagamento da dívida

por Sônia Jourdani
de São Paulo

Paulo Lyra, ex-presidente do Banco Central, abriu sua palestra na Associação Comercial de São Paulo, ontem, mencionando o espaço cada vez maior que a questão do endividamento externo vem ocupando nas discussões políticas. Não podem ser considerados apelos demagógicos, segundo ele, os inscritos nos cartazes levados aos comícios e concentrações pelas eleições diretas. Isso, a seu ver, nasce da indignação nacional, da perplexidade daqueles que não se conformam com a submissão do País no tratamento da dívida externa.

Por indicação do economista Julien Chacel, diretor do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, Paulo Lyra foi convidado pela Associação Comercial para falar sobre "Crescimento Econômico e Dívida Externa", dentro do ciclo de debates promovido pela entidade para comemorar seus noventa anos de fundação. Acrescentando ao tema de sua palestra o subtítulo "Uma saída não convencional", o ex-presidente do BC voltou a explicar sua proposta de desengajamento temporário do País no mer-

cado financeiro internacional.

E, assim, mostrou que a idéia não perdeu seu caráter polêmico, ainda que, por força da repetição, era de esperar que isso já tivesse acontecido. Várias vezes

discutida desde sua divulgação, quando na última assembléia anual da junta de governadores do Fundo Monetário Internacional, a proposta consiste no seguinte: por decisão soberana, o Brasil comunicaria

aos credores sua intenção de capitalizar os juros da dívida externa, ou seja, incorporá-los às amortizações, e prorrogar o pagamento por cinco anos, sendo que as condições para este pagamento seriam estabelecidas no quarto ano da prorrogação. Três categorias de débitos ficariam excluídas dessa prorrogação temporária: os que correm por conta de financiamentos de operações comerciais de curto prazo, os contraídos junto aos organismos internacionais de auxílio ao desenvolvimento e os pagamentos de bônus.

FÓLEGO

Paulo Lyra acha que, dessa forma, o País tomaria fôlego para crescer, porque, dentro da política atual, as únicas escolhas são a redução do consumo ou a redução dos investimentos. Jogando para o futuro as transferências líquidas de capital para o exterior, e livre da ditadura dos juros, o ex-presidente do BC acredita que o Brasil evitaria o "longo período de crescimento mediocre" imposto pelas outras formas de refinanciamento externo.

"Mas, então, por que não renegociar já?", perguntou o economista Roberto Macedo, da Universidade de São Paulo, para quem a fragilidade da proposta de Lyra está na hipótese de que o quadro das taxas internacionais de juros tenha mudado para melhor em cinco anos. Além disso, Macedo ponderou os inconvenientes de se lançar o processo de renegociação para um presidente que ninguém sabe quem será.

NOVA EQUIPE

Este seu argumento, porém, tem a mesma aplicação hoje, pois os remanejamentos já feitos também empurraram as soluções para 1988/89, e não são poucos os bancos estrangeiros que apontam entre as principais dificuldades a enfrentar nas próximas negociações (para 1985) o fato de todos desconhecem a equipe econômica que assinará os acordos.

Quanto à observação do economista de que a contabilização lançará juros sobre juros, e estes, de qualquer forma, terão de ser pagos quando vencer a prorrogação, Paulo Lyra enfatizou que o importante é adiar o pagamento e discutir novas bases depois, quando a recomposição das reservas e o crescimento econômico terão permitido — teoricamente — um maior poder de barganha. O fundamental, concluiu, é não transferir recursos para o exterior e convencer bancos e investidores estrangeiros de que o melhor para todos é assegurar uma entrada de dólares maior que a saída.